

Gênero como categoria analítica para pensar as relações de poder-saber no Jornalismo

Marcia Veiga da Silva

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Escola de Comunicação, Artes e Design, Porto Alegre, RS, Brasil
ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8023-2180>



Resumo

Neste artigo discuto o percurso de quinze anos de pesquisa utilizando gênero como uma categoria analítica, teórico-epistemológica para pensar as relações de poder e de saber no Jornalismo. Resgato o resultado das pesquisas de campo desenvolvidas tanto no âmbito do mercado (na observação das rotinas produtivas e entrevistas com jornalistas) quanto da universidade (na formação de jornalistas), compreendendo o Jornalismo como um tipo de conhecimento social generificado, ancorado em paradigmas e epistemologias colonialistas, masculinistas, racistas, classistas, cisheterossexista e servindo como um dispositivo nos processos de transformação de diferenças em desigualdades. As ações de resistência, contraparte do híbrido poder-saber, observadas a partir das entrevistas e análises de livros de repórter também são discutidas como parte dos resultados de pesquisa que demonstram a potência da utilização desta perspectiva de gênero para uma melhor complexificação dos fenômenos que marcam as desigualdades sociais, sendo o Jornalismo um locus especial para essas compreensões.

Palavras-chave

gênero; jornalismo; poder; saber; resistência

1 Introdução

Interessada em compreender como o Jornalismo participa da Cultura, da (re)produção de valores e convenções sociais que transformam diferenças em desigualdades, tomá-lo em sua dimensão epistemológica resultou em uma potente condição para estes entendimentos. Partindo do entendimento de que o Jornalismo produz um tipo de conhecimento social (Genro Filho, 1987) e que é parte dos dispositivos de poder-saber (Foucault, 2012) que forjam

hierarquias sociais excludentes, encontrei no conceito de gênero como categoria analítica, teórico-epistemológica, perpassada pelo conceito foucaultiano de poder (Scott, 1990; Bonetti, 2012), uma chave de leitura profícua para o entendimento das imbricações do Jornalismo com os sistemas produtores de desigualdades. Em diálogo com Genro Filho, a escolha por essa perspectiva do conceito de gênero, bem como com o arcabouço conceitual dos estudos feministas pós-estruturalistas, dos estudos pós e decoloniais, e dos conceitos de interseccionalidade, o Jornalismo pode ser compreendido em suas diferentes dimensões epistêmicas como um campo partícipe das redes de poder-saber e dos regimes de verdade (Foucault, 2012).

Atravessada por essas lentes conceituais e pelos resultados de pesquisas de campo, de inspiração etnográfica na observação das práticas jornalísticas de jornalistas atuantes no mercado e na formação dos profissionais na universidade, passei a compreender o quanto o Jornalismo é um lugar estratégico tanto para dar condições de manutenção do status quo, quanto potente para transformar a cultura da sociedade da qual é parte – o potencial revolucionário também percebido por Genro Filho. Mas foi principalmente através das operações desta perspectiva conceitual de gênero (que não se restringe às noções relativas aos estudos sobre mulheres) na leitura dos dados das pesquisas empíricas que pude constatar uma chave analítica mais ampla, que nos leva a compreender de forma mais complexa os tipos de saber e de poder do Jornalismo para muito além das dimensões econômicas ou de classe pelas quais vem sendo majoritariamente pensado este tipo de conhecimento e as relações de poder que (re)produz. O entendimento de que o Jornalismo tem gênero – e é masculino – foi um primeiro movimento para compreender como se dão as relações de poder no campo e na própria sociedade. O segundo movimento foi o de compreender como o Jornalismo se constitui como um campo e como um tipo de conhecimento a partir de um poder-saber colonizador, moderno, positivista, masculinista, racista, cisheterossexista, classista – que extrapola as dimensões meramente econômicas e demonstra os meandros de suas operações como um dispositivo dos regimes de verdade. Nestas elaborações empíricas, teórico-conceituais – em que a dimensão epistemológica do conceito de gênero e do Jornalismo são centrais para pensar as relações com a produção de desigualdades sociais – penso haver uma chave de leitura interessante para contribuir com as pesquisas que sejam inspiradas nas mesmas inquietações.

Ao completar quinze anos da dissertação “Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias”, que originou esse percurso de pesquisas e de criação dessa chave analítica para os estudos de Jornalismo/Comunicação, neste artigo

resgato os caminhos percorridos e os resultados alcançados como forma de seguir colaborando com o desenvolvimento de pesquisas afins. Muito especialmente escrevo com o desejo de contribuir para que, a partir da área da Comunicação e do Jornalismo, possamos intervir nos tipos de conhecimentos sociais produzidos a partir destes lugares de poder-saber. Ao resgatar esse percurso, pretendo também seguir promovendo o debate e compartilhando conhecimentos como parte das ações de resistência e reexistência aos sistemas excludentes. E não poderia escolher melhor ocasião do que esta edição comemorativa de 30 anos do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM UFRGS), espaço onde estas pesquisas foram construídas em diálogo com docentes e discentes desta casa, tanto no mestrado quanto no doutorado. Este artigo é também uma celebração ao conhecimento, à Universidade Pública, à Comunicação, ao Jornalismo, aos estudos de gênero e à sociedade brasileira.

2 Masculino, o gênero do Jornalismo: mas de que gênero se está falando?

Um dos desafios históricos enfrentados com relação aos conceitos de gênero é o fato de que suas origens estão relacionadas aos estudos feministas – campo de produção do conhecimento que deriva da prática política de movimentos sociais e, portanto, considerado com menor status científico nas hierarquias da produção do conhecimento por parte do ethos cientificista. A multiplicidade de movimentos feministas, bem como de campos de estudos e perspectivas teóricas pelas quais gênero vem sendo pensado, também é um elemento que marca o campo dos estudos feministas e de gênero, diversidade esta que não é de compreensão universal, sendo a categoria descritiva a mais prevalente nos sentidos que o gênero obtém. Assim, penso que apresentar as distintas categorias pelas quais gênero vem sendo operado é um movimento primordial para que se possa melhor compreender os modos pelos quais esse conceito se articula nas pesquisas que venho desenvolvendo há quinze anos.

Entre as diferentes correntes teóricas, analíticas e políticas feministas, o conceito de gênero e, sobretudo, o de poder, tem sido alvo de grandes reflexões em diversas áreas do conhecimento. Mas, por vezes, “[...] misturam-se e confundem-se gênero como categoria: descritiva, analítica e teórico-epistemológica” (Bonetti, 2012). Assim:

Tomar gênero como categoria descritiva é tomá-la como relativa à mulher enquanto fenômeno empírico, ou como referente à relação entre o homem e a mulher ou, ainda, como sinônimo de mulher, em algumas situações de deslizes semânticos [...] como um sinônimo contemporâneo de sexo,

referindo-se à diferença sexual tal como percebida empiricamente (Bonetti, 2012).

Como categoria descritiva, esta é a forma como mais comumente associa-se a noção de gênero, bem como prevalecem as correntes teóricas consoantes a esta perspectiva como as mais utilizadas para as análises que envolvem especialmente os estudos sobre mulheres. A noção de poder que costuma abarcar as correntes de pensamento que se familiarizam com o gênero como categoria descritiva é, geralmente, baseada na “[...] ideia de dominação/subordinação universal das mulheres, dividindo o mundo entre opressores e oprimidas” (Piscitelli, 2009, p. 18). Tal noção de poder está nos fundamentos da ainda muito utilizada teoria do patriarcado, mas que se demonstrou limitante para compreensões mais complexas sobre as relações de gênero e poder:

[...] por sua generalidade – universalizando uma forma de dominação masculina situada no tempo e no espaço –, por ser considerado um conceito trans-histórico e trans-geográfico e, ainda, porque esse conceito é essencializante, na medida em que ancora a análise da dominação na diferença física entre homens e mulheres, considerada como aspecto universal e invariável (Piscitelli, 2002, p. 7).

A noção de gênero como categoria descritiva, bem como a noção de poder prevalente em diferentes perspectivas feministas e dos estudos de gênero, também incidiu de forma mais predominante nos modos pelos quais o campo da Comunicação e do Jornalismo vêm produzindo seus estudos de gênero. Entretanto, minhas pesquisas estão filiadas ao entendimento de gênero como categoria analítica, teórico-epistemológica perpassada pelo conceito foucaultiano de poder (Bonetti, 2012). A antropóloga Alinne Bonetti faz um apanhado das formulações de diferentes teóricas, antropólogas feministas e das vertentes dos estudos pós-estruturalistas que demonstram como essa perspectiva de gênero é concebida:

[...] gênero como categoria analítica implica em tomá-la como relacional, que remete à produção simbólica, no plano dos valores, das convenções de feminilidades e de masculinidades de determinadas configurações sócio-históricas (Scott, 1989) [...] “gênero, em todos os grupos humanos, deve ser entendido em termos políticos e sociais, com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social” (Rosaldo, 1995, p. 22). Tais formas locais podem ser compreendidas como “convenções de gênero”, ou seja, o conjunto de valores e ideais relativos ao imaginário sexual disponíveis na cultura e compartilhados, a partir dos quais os seres sociais pautam as suas ações e concepções de mundo, reproduzem e recriam estas mesmas

convenções e as suas práticas.[...] tais convenções são informadas pela matriz falocêntrica, a centralidade do masculino como parâmetro positivo do qual se origina a assimetria de gênero, e pela “matriz heterossexual compulsória” [...] (Bonetti, 2012).

Como categoria teórico-epistemológica, significa compreender gênero:

[...] como um princípio fundante e constitutivo do social, impregnado pelo conceito de poder, concebido a partir da tradição foucaultiana que o compreende como uma força que circula, que se produz e é produzida nas relações (Foucault, 1997). [...] gênero diz respeito a uma forma de conceber e de produzir conhecimento sobre o mundo social [que] não se restringe à relação corpo biológico-sexo-gênero, apesar de partir da imagética sexual (Strathern, 1990). Antes, ela abarca e dota de sentido a organização da vida social (Moore, 1988) e implica na evidência de uma trama de gênero e poder mais ampla e profunda, anterior às convenções e às práticas de gênero. Traduz-se num princípio basilar e constitutivo do social, impregnado pelo conceito de poder, o que significa dizer que todas as coisas do mundo têm um atributo relativo a gênero e poder (Bonetti, 2012).

Orientada por esta perspectiva “[...] aqui se analisa como as formações sociais refletem assimetrias de gênero e desigualdades” (Bonetti, 2012) tomando o Jornalismo como um dos elementos constitutivos do social impregnado pelo conceito de poder. Foi através desta perspectiva que compreendi que o Jornalismo tem gênero, é masculino (Veiga da Silva, 2010).

A compreensão de que o Jornalismo é masculino se origina no mestrado. Através de uma pesquisa de inspiração etnográfica, permaneci, no ano 2009, por três meses em uma redação de telejornalismo realizando uma observação participante. Movida pela questão “quais as concepções de gênero dos jornalistas e em que medida perpassam o processo de produção das notícias, reproduzindo ou ressignificando normatividades”, passei a acompanhar os jornalistas de um dos programas da emissora em todas as fases dos processos de produção das notícias. Entre as principais conclusões, a pesquisa demonstrou que as convenções de gênero (e também de raça, de classe, de sexualidade, etc.) hegemônicas são pervasivas dos valores culturais e visões de mundo presentes na subjetividade dos jornalistas – são parte do conhecimento social que os mesmos possuem, se imiscuem à cultura profissional e resultam nos tipos de conhecimentos sociais construídos nas notícias. E essa mescla dos valores sociais com os valores profissionais incidem nas estruturas organizacionais e hierárquicas da empresa e das próprias notícias. Foi possível perceber também os modos como o Jornalismo está relacionado à reprodução de saberes selecionados por serem reconhecidos como podendo ou devendo dar lugar àquilo que uma sociedade considera digno de ser conhecido (Louro, 1997)

a partir dos regimes de poder e de saber vigentes e que perpassam as noções de verdade/normalidade que servem de lentes pela qual os jornalistas enxergam a realidade.

A ligação entre cultura profissional, subjetividade e valores culturais da sociedade se desvelou. Neste estudo foi possível perceber que os valores sociais hegemônicos eram reproduzidos nas hierarquias das notícias, dos profissionais, bem como na produção das notícias e resultavam na representação da cisheteronormatividade como padrão social de desigualdade que estava a orientar. Entre os interlocutores da pesquisa, não apenas o masculino (e os homens), mas também os valores (dos) e grupos sociais de classe média, brancos, heterossexuais, entre outros, estavam mais valorizados, tanto nos atributos pessoais e profissionais quanto nas características das notícias, e norteavam simbolicamente a distribuição do poder e do prestígio.

Na hierarquia das notícias, as chamadas “hard news” (das editorias de economia, política, polícia, por exemplo) são aquelas consideradas mais prestigiosas. Numa analogia de gênero, estas notícias, que se revestem dos atributos convencionados masculinos, dos campos historicamente ocupados por homens, são mais valorizadas em detrimento daquelas notícias que reúnem os atributos convencionados hegemonicamente como femininos (notícias leves, que envolvam ações de assistência, de cuidado, de colaboração, denominadas soft news). Do mesmo modo generificado se organizavam as hierarquias entre os profissionais: aqueles e aquelas que fossem identificados com atributos masculinos (coragem, força, individualismo, competitividade, pró-atividade, exercício de poder autoritário, etc.) se revestiam de melhores condições para serem escolhidos para realizarem as hard news, bem como para ocupar os postos de chefia, de poder e de prestígio. Desta forma, o Jornalismo reproduzia a ordem dominante tanto nas relações de gênero e poder entre os jornalistas quanto na forma como os mesmos, a partir desta bagagem cultural de conhecimentos informada pelos padrões dominantes, enxergavam e narravam aqueles considerados Outros.

A percepção da reprodução do padrão social normativo dominante nas notícias foi melhor explicitada no acompanhamento dos processos de produção em que os estranhamentos e juízos de valor dos interlocutores, expressos frente aos grupos considerados “diferentes”, à margem da norma, recrudesçam. Estes estranhamentos eram fundados nos valores mais gerais da sociedade da qual os jornalistas são parte, e são estes mesmos valores que atribuem um lugar social hierarquicamente inferior àqueles que se diferem e se desviam da norma, produzindo representações sociais capazes de colocar tais sujeitos nas bordas. Os jornalistas apareceram caracteristicamente autorreferentes e pouco reflexivos sobre suas

práticas, manifestando um certo etnocentrismo. Demonstraram ser pouco afeitos à relativização e pouco abertos para a diversidade de valores que emergem da sociedade. O modo como o que significa “real” para esses profissionais se explicitou como sendo, então, norteador do que é produzido e veiculado como “verdade” nos meios de comunicação.

A percepção da falta do exercício reflexivo sobre as práticas jornalísticas e sobre a alteridade no exercício da profissão demonstrou não apenas o quanto os jornalistas percebem e narram o mundo a partir das suas subjetividades (que inclui seus valores culturais, majoritariamente em consonância com os dominantes), quanto dos lugares sociais que ocupam. A forma como os profissionais refletem ou rechaçam aquilo que possa ir de encontro às suas “verdades” (partícipes dos próprios regimes de verdade da sociedade) permeará os discursos jornalísticos na forma de notícias. O etnocentrismo desses profissionais revelou como eles mesmos podem, inclusive, inconscientemente contribuir para que a diferença seja transformada em desigualdade, uma vez que os jornalistas demonstraram pouca ou quase nenhuma abertura para conhecer o estranho e, deste modo, praticaram juízo de valor que interfere na forma como as notícias serão construídas e, em última instância, nos modos como a sociedade passa a conhecer (ou desconhecer) aquilo que é diferente do que foi convencionado como normal.

Essa primeira experiência de pesquisa utilizando o gênero como uma categoria analítica, teórico-epistemológica, trouxe à tona um melhor e mais complexo entendimento dos funcionamentos do que Foucault (2012) denomina de híbrido poder-saber. Através desta lente conceitual, percebi o quanto os valores, convenções e atributos de gênero estão colocados nas formas como se dá inteligibilidade e distribui-se o poder não apenas para e entre os sujeitos, mas para todas as coisas do mundo, classificando e hierarquizando. Faz emergir a dimensão historicamente proscria dos entendimentos destes dispositivos nos funcionamentos de transformação de diferenças em desigualdades na cultura, e na sociedade, também no e a partir do Jornalismo. Por esse prisma, a noção dominante que observava essa participação e poder do Jornalismo por sua dimensão estritamente econômica ou de classe, subsumindo os demais marcadores de diferença nos processos de produção de saberes e relações desiguais no campo e na sociedade, é ampliada e complexificada.

O conceito de gênero serviu para dar condições de inteligibilidade para o fato de que, assim como na sociedade de forma geral, o Jornalismo é perpassado por formas de conhecer e hierarquizar (sujeitos e conhecimentos) que são atravessadas pela valorização dos atributos masculinos – e também por uma noção de poder e de autoridade masculinistas. O gênero como

categoria analítica, muito especialmente epistemológica, operando a partir do prisma da interseccionalidade, também permitiu que se pudesse perceber as operações de poder imbricadas com os modos de conhecer que produzem desigualdades sociais marcadas também pelas dimensões de classe, de raça, de sexualidade, de geração, etc. Naquele microuniverso sociológico pude compreender suas relações com o macro universo da sociedade, no processo de retroalimentação em que o Jornalismo é fulcral. Sobretudo, o jornalista passa a ser centralizado como elemento cognoscente primordial no processo de construção do conhecimento social produzido pelas notícias, a partir dos sentidos atribuídos à realidade, partindo de um conjunto de valores culturais dominantes e que acaba por reproduzir desigualdades, tanto no campo quanto na sociedade. Nesse sentido, a noção de objetividade prevalente no campo começa a dar mostras de sua ineficácia tanto na prática profissional quanto nas análises críticas sobre as mesmas. Apesar da objetividade prevista na deontologia, a subjetividade negada e preterida está presente de forma inconsciente, mas com atuação permanente e efetiva e operando de forma incisiva nos processos simbólicos de poder.

3 O conhecimento colonizado (r) do Jornalismo

Inquieta por perceber que os jornalistas possuíam em suas bagagens de conhecimentos socioculturais os mesmos valores e balizas normativas dominantes na sociedade, acionadas inconscientemente na leitura e narração da realidade, no doutorado resolvi investigar de que maneira a formação dos jornalistas estaria ou não contribuindo para que os profissionais assumissem uma postura mais afeita ao encontro com o Outro. Desejava compreender, especialmente, se e em que medida as visões de mundo destes futuros profissionais eram colocadas em perspectiva a partir da reflexão crítica a que se propõe uma formação no ambiente universitário. Para tanto, a pesquisa foi realizada na observação da formação dos jornalistas, acompanhando seis turmas de graduação (em disciplinas teóricas e práticas), em duas Universidades Federais de dois diferentes estados da federação, permanecendo ao longo de dois meses em cada instituição. Sendo esses profissionais peças-chaves nos processos simbólicos que envolvem a produção deste tipo de conhecimento, interessava-me compreender o que e como os jornalistas conhecem para tentar entender o que e como dão a conhecer na forma de notícias.

Ao observar a formação na universidade, foram perceptíveis algumas das formas pelas quais esta instituição imprime suas marcas nos jornalistas. Os depoimentos e interações de

alunos e professores indicavam tanto as restrições quanto as potencialidades da universidade na construção dos saberes produzidos no e pelo Jornalismo. A falta de reflexividade sobre a prática profissional e sobre o conjunto de valores sociais imiscuídos nos processos cognitivos não era prerrogativa apenas da produção das notícias, mas foi uma característica observada nas instituições de ensino superior pesquisadas. Entendi que essas limitações se davam a partir de três principais pontos conectivos entre Universidade e Jornalismo: os modelos paradigmáticos e epistemológicos dominantes nas práticas de ensino e nos saberes teóricos e práticos de profissão; a prevalência das racionalidades do sistema-mundo capitalista (Grosfoguel, 2012) nas relações de poder e de saber em todas as instâncias do âmbito universitário; e a dificuldade da práxis em razão das ingerências destes modelos de pensamento hegemônicos nas atividades de construção do saber que envolvem as formas de conhecer do Jornalismo sobre a realidade e a alteridade.

As ideologias do machismo, do racismo, do classismo, entre outras, que nascem dos privilégios do poder colonial capitalista, masculinizado, branqueado e heterossexualizado (Grosfoguel, 2012), regentes das normas e racionalidades dominantes, estão na universidade como estão na sociedade – entretanto, com pouco espaço para serem efetivamente refletidas de forma crítica no desempenho das práticas cotidianas. Observar nos universos pesquisados como acontecem os encontros de alteridades no ensino-aprendizagem, bem como perceber quais são os saberes e as práticas (pedagógicas e discursivas) envolvidos no percurso de construção do conhecimento – em especial o jornalístico – trouxe indicativos dos modos de circulação dos valores sociais hegemônicos no âmbito acadêmico. É interessante ponderar, a partir das observações de pesquisa, como o peso de um paradigma – colonial-moderno-positivista-capitalista-masculinista-racista-classista-cisheterossexista (Veiga da Silva, 2015) – pode ser um dos principais desafios para o desenvolvimento de reflexões capazes de gerar rupturas epistemológicas e expandirem o papel da crítica para além da identificação das problemáticas, em direção às potências transformadoras. Trata-se de um paradigma que historicamente é dominante na forja das lentes dos agentes do campo, no mercado e também na universidade. Um paradigma que forja um dispositivo de saber-poder.

Do que pude entender na observação dos conhecimentos ensinados sobre a teoria e a prática do Jornalismo, penso que há um conjunto de saberes de profissão que, em grande parte, repousam em vertentes de pensamento (bem como visões de mundo, métodos, conceitos e técnicas) mais limitados para a potencialização de uma compreensão mais ampla das configurações e relações sociais contemporâneas. Mesmo considerando a complexidade dos

discursos sobre a teoria e a prática circulantes nas salas de aula observadas, ainda assim foi perceptível uma certa predominância de perspectivas mais afeitas ao paradigma moderno-positivista nesses discursos. A noção de objetividade circulante e a secundarização dos sujeitos – e suas produções simbólicas – nas prescrições práticas e nas reflexões críticas propostas nas disciplinas foram os principais indicativos da vigência deste paradigma, mas não apenas.

Resquícios das visões funcionalistas foram percebidas no rol de saberes teóricos e técnicos prescritos, bem como as concepções de poder centradas pelo prisma de classe permearam os conhecimentos ensinados, dificultando, entre outras coisas, a promoção da capacidade de agência dos sujeitos-profissionais e o exercício da práxis. O binarismo, as concepções mercadológicas, deterministas, essencialistas e menos dadas à complexificação das formas pelas quais a realidade é simbólica e socialmente construída são parte destas lentes paradigmáticas que seguem sendo acionadas para a compreensão do Outro. Entendo que essas lentes teórico-conceituais acabam por criar restrições que contribuem para que não sejam colocados em perspectiva crítica os valores sociais que fazem parte dos saberes que informam hegemonicamente a sociedade interferindo na forma como a realidade é apreendida no processo de produção do conhecimento social do Jornalismo.

No desenvolvimento da pesquisa foi possível encontrar indicativos do que foi tomado como hipótese inicial. Ou seja, que o olhar dos jornalistas sobre a realidade restringe-se também porque a informação teórica que lhes é (e como é) ensinada e acionada nos processos interpretativos não convida a apreendê-la em toda a sua complexidade. Nem mesmo instiga-os suficientemente a perceber a incidência de valores culturais e dos sistemas classificatórios de diferença que servem como bagagem de conhecimentos, como elementos partícipes em suas práticas profissionais. O imbricamento dos conhecimentos circulantes sobre o Jornalismo a essas formas dominantes de pensamento (seja pela vertente paradigmática ou pelas visões de mundo que lhes são fundacionais) encontra nas práticas pedagógicas de ensino outro ingrediente que contribui para essas restrições do olhar sobre a realidade e sobre a alteridade.

Tensionando alguns discursos recorrentes durante a investigação e pensando nas relações com a Cultura, tanto do campo do Jornalismo quanto da sociedade, importa pensar em que medida está sendo possível fomentar, através do ensino na universidade, as possibilidades transformadoras do Jornalismo, de acordo com o potencial revolucionário sugerido por Adelmo Genro Filho. O Jornalismo como um tipo de conhecimento social ainda dá mostras das marcas dos saberes (e dos poderes) que foram predominantes não apenas no campo, mas também na forja da episteme de cada contexto e período sócio-histórico. Dá mostras de ainda

estar permeado pelo paradigma moderno e pelos valores do sistema-mundo colonial-capitalista em diferentes estágios de produção do conhecimento, e com condições limitadoras para a promoção da práxis também no âmbito do ensino universitário. Assim, encontra dificuldades para desatar os nós entre a teoria e a prática na pesquisa e no ensino, “[...] o que tem sido um obstáculo importante para que a Universidade cumpra seu papel social em relação à comunicação” (Meditich, 2012, p. 23).

Com essa pesquisa, pude compreender, a partir do conceito de gênero e da crítica feminista à ciência, o quanto o conhecimento social do Jornalismo é produzido com valor de verdade por apoiar-se nos mesmos moldes e noções de saber e poder oriundas do processo colonizador. Por um prisma de gênero, a objetividade que rege o cientificismo e o Jornalismo é resultado de uma formulação epistêmica crivada de valores e visões de mundo colonialistas – e também masculinistas, racistas, classistas. O paradigma moderno, que delimita nossas construções cognoscentes, é formulado pelos mesmos sujeitos (brancos, ocidentais, heterossexuais, de classes altas, oriundos dos mesmos lugares de poder (norte do globo, ocidental) e com determinados saberes legitimados como superiores.

Nas bases da racionalidade moderno-positivista, que ainda serve como um modelo totalitário que pauta princípios epistemológicos e regras metódicas para a validação dos conhecimentos que se pretendem verdadeiros, encontram-se pistas de onde o Jornalismo se organizou para produzir conhecimentos sociais e se credenciar como conhecimento credível junto à sociedade (Veiga da Silva, 2015). Sobretudo, “[...] o positivismo é a vertente que influencia [no Jornalismo] a ascensão da objetividade e analogias do exercício de apuração e redação ao método científico” (Pontes, 2010, p. 3-4). Os fundamentos da objetividade jornalística aproximam-se das visões científicas que, na “[...] busca pela ‘objetividade’ [...] tentam garanti-la por meio de um delineamento reducionista” (Silvino, 2007, p. 286). Operando em um sistema de pensamento que expressa o apartamento da subjetividade em todos os procedimentos que delimitam a prática e forjam a retórica da impessoalidade como própria do “bom Jornalismo” a racionalidade jornalística também é:

Prenhe da razão dualista, cartesiana, característica do pensamento iluminista, tal estruturação é baseada numa lógica binária, construída a partir de pares de opostos, por exemplo: sujeito/objeto, mente/corpo, razão/emoção, objetividade/ subjetividade, transcendente/imanente, cultura/natureza, ativo/passivo etc (Sardenberg, 2002, p. 95).

Os fundamentos do bom Jornalismo, inspirados nos fundamentos do cientificismo, se constituíram como base por onde operam os regimes de verdade, as noções de objetividade, bem como os fundamentos de credibilidade. A crítica ao cientificismo, realizada a partir do encontro da crítica feminista com a filosofia pós-moderna, fere seu cerne, “[...] sobretudo ao revelar as categorias de gênero implícitas na construção das noções de sujeito, racionalidade, objetividade e de outros semelhantes ‘princípios’ e estratégias epistemológicas associados ao pensamento iluminista” (Sardenberg, 2002, p. 95). Tal racionalidade orienta a forma como a realidade e os sujeitos podem ser compreendidos e discursivizados, obedecendo às lógicas e poderes dominantes que, em última instância, transformam diferentes em desiguais. O Jornalismo pode ser refletido criticamente a partir destas perspectivas e estratégias epistemológicas tanto em suas práticas como em suas relações de poder, quanto nos discursos e saberes que produz. Uma mirada de gênero pode ampliar essas compreensões, uma vez que:

[...] tem-se no conceito de gênero um instrumento de análise do impacto das ideologias na estruturação não apenas do mundo social, mas também do intelectual, na medida em que gênero é também um elemento central na constituição do self, bem como um princípio classificatório de organização do universo (Heilborn, 1991). Trata-se, assim, de uma categoria de pensamento e, portanto, de construção do conhecimento – daí porque os conceitos tradicionais de epistemologia devem ser reavaliados e redefinidos, no sentido de possibilitarem “[...] análises dos efeitos do gênero no e sobre o conhecimento (Flax, 1990)” (Sardenberg, 2002, p. 93).

Por essas perspectivas teóricas se percebe que o conhecimento jornalístico se produz através de uma racionalidade que se constituiu predominantemente a partir de um paradigma (moderno/positivista/iluminista), de um sistema-mundo (capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista) (Grosfoguel, 2012), os quais estabelecem os valores que legitimam o saber como verdade. Em relação a esses diferentes elementos, a epistemologia, os métodos, as teorias, as práticas, o ensino e a cultura jornalística se entrelaçam e, nesse sentido, o conhecimento científico e a universidade são componentes importantes e intrínsecos neste cruzamento, sempre perpassados por relações de poder.

Através da leitura de diferentes autores, as teias até então quase invisíveis do disciplinamento social puderam ser vistas a partir de um olhar sobre o Jornalismo com as lentes de gênero, tornando mais compreensível suas macro e micro dimensões sociológicas. Através do escopo conceitual adotado neste estudo, as forças sistêmicas que constituem tanto o Jornalismo quanto a sociedade foram não apenas melhor percebidas, mas entendidas como

potencializadas pela prevalência de determinados saberes e formas de conhecer e por uma dificuldade da práxis em todos os âmbitos deste campo, e não restrita à esfera do mercado e da produção das notícias.

Com a pesquisa do doutorado, penso que uma chave interpretativa sobre Comunicação, Jornalismo, Poder e Saber, tendo o gênero como categoria analítica, teórico-epistemológica se constituiu como bastante potente para perceber de forma mais complexa o funcionamento do Jornalismo como um dispositivo atuante nos regimes de verdade que regem e hierarquizam a sociedade. Entendi que o Jornalismo é masculino não só porque “[...] masculino é o padrão que organiza a visão de mundo da sociedade e porque o Jornalismo está em sintonia com o que circula hegemonicamente na sociedade” (Berger, 2014, p. 21-22), como muito alvissareiramente compreendeu Christa Berger. O Jornalismo é masculino porque sustenta suas bases epistemológicas e seus regimes de poder num paradigma colonial-moderno-positivista-masculinista-racista-classista-cisheterossexista (Veiga da Silva, 2015). Por essa chave de pensamento e análise foi possível não apenas compreender como funciona o híbrido poder-saber: é possível também escrutinar as resistências.

4 O feminino – e a racionalidade feminista – como ação de resistência na prática jornalística

Tendo observado as operações do poder-saber, no pós-doutorado resolvi investigar as resistências que, segundo Foucault (2012) são a contraparte intrínseca do poder. Essas pistas também foram percebidas, ainda no doutorado, quando de minha participação como pesquisadora colaboradora na pesquisa “O controle discursivo que toma forma e circula nas práticas jornalísticas¹”, coordenada por Beatriz Marocco. A partir do acompanhamento e da análise das entrevistas realizadas no âmbito deste estudo, as experiências de vida dos jornalistas entrevistados davam mostras de que as descobertas, os desejos que impulsionaram e integram os modos de conceber e praticar a profissão, especialmente na produção de narrativas menos etnocêntricas, estão intrinsecamente relacionadas com a trajetória pessoal, com as posições de sujeito – seus gêneros, classe social de origem, orientação sexual, raça, etc. Para além do aprendizado das práticas, obtido seja na universidade, seja no mercado, as histórias de vida são parte dos discursos dos jornalistas principalmente quando dissertam

¹ Pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Estudos em Jornalismo, coordenada pela pesquisadora Beatriz Marocco realizada entre 2009 e 2014, com recursos oriundos de um edital universal do CNPq,

sobre seus diferenciais e reconhecimentos na profissão. O encontro com diferentes atores sociais, instituições e vertentes de pensamento para além do espaço formativo da universidade e do mercado, bem como os lugares de origem e posições de sujeito (especialmente diversos dos normativos), foram delineando caminhos que não apenas constituíram o ser jornalista para esses profissionais, mas também serviram como diferenciais para o trato com alteridade.

Caco Barcellos e Eliane Brum foram os dois primeiros jornalistas que acompanhei quando entrevistados na pesquisa de Marocco e que despertaram minha atenção para essa capacidade reflexiva sobre si e sobre as práticas que, tempos depois me levaram a perceber que delineavam novos modos de objetivação jornalística. As dimensões de classe, de gênero e de raça eram compreendidas nos relatos e serviam como forma de demonstrar a localização do olhar por onde enxergam a realidade. Ter nascido num morro na periferia, correr a cada vez que a polícia chegava, passar a infância num “bolicho” escutando histórias ou acompanhar o avô trovador na venda de verduras era mais do que parte de uma história de vida pessoal. Era parte dos contornos dos tipos de profissionais que iriam se tornar. Através destas entrevistas, com jornalistas amplamente reconhecidos e premiados por práticas profissionais mais afeitas a alteridade, passei a perceber brechas para enxergar as ações de resistência ao masculinismo do Jornalismo.

A participação nestas entrevistas foi inspiradora para que pudesse iniciar uma nova investigação² com o objetivo de conhecer e refletir sobre práticas jornalísticas menos etnocêntricas, mais afeitas ao encontro com o Outro, e a fim de perceber como as trajetórias destes profissionais resultam em práticas diferenciadas e que podem servir de pedagogia para um devir do Jornalismo. Para tanto, busquei jornalistas brasileiros renomados e atuantes no Jornalismo *mainstream* cujas práticas profissionais fossem reconhecidas por seus melhores encontros com a alteridade, rompendo com os processos de transformação de diferentes em desiguais e promovendo melhores compreensões sociais acerca da complexidade dos sujeitos e das realidades. O propósito era o de compreender como essas práticas subvertem o masculinismo (bem como o racismo, o classismo, entre outros) do Jornalismo. Os valores convencionados hegemônica e socialmente como femininos, tais como horizontalidade, colaboração, cuidado e solidariedade foram valores reconhecidos como parte dos valores profissionais dos jornalistas investigados³, subvertendo os valores masculinistas que

² Pesquisa de pós-doutorado “O nós e o Outro nas práticas jornalísticas de excelência: a história de vida de jornalistas reconhecido(a)s no Brasil como parte dos conhecimentos para o exercício da alteridade no Jornalismo” realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos no período entre 2015-2020.

³ Eliane Brum, Caco Barcellos, Fabiana Moraes, Daniela Arbex, Adriana Mabilia, Pablito Aguiar

compõem e predominam nos valores profissionais (tais como a competitividade, a imposição, a autoridade-autoritária, o individualismo) e que resultam em práticas reprodutoras de desigualdades tanto na profissão quanto na sociedade.

Entre tantos profissionais destacados no Brasil, o primeiro desafio foi o de circunscrever onde as boas práticas seriam observadas, para além das entrevistas. A escolha de jornalistas autores e seus respectivos “livros de repórter” foi pertinente, especialmente por tratar-se de produções que expressam:

[...] um tipo de texto que se ocupa do jornalismo, para dele elaborar outro texto que oferece o desvendamento de certos processos jornalísticos, ou a crítica dos mesmos, em operações de produção de sentidos, em que o jornalista, naturalmente, fará um exercício de interpretação criativa do que é considerado jornalismo (Marocco, 2010, p. 5).

Como um exercício de crítica das práticas jornalísticas, o livro de repórter apresenta a ação subjetiva e de resistência de um “repórter-autor”. Nos livros de repórter evidencia-se as condições de agência dos jornalistas, bem como de reflexividade, crítica e autocrítica das práticas jornalísticas por parte dos repórteres-autores. Sobretudo, tais elementos dão mostras de um modo de resistência ao poder-saber do Jornalismo dominante, assim como pistas de subversão dos modos de objetivação jornalística:

A subversão dos modos de objetivação jornalística, em relação ao agente, pode ser observada nos livros de repórter como uma das ações de resistência: ao resgatarem a experiência do narrador, à fonte, ao ampliarem as vozes que compõem uma polifonia de fontes, à disciplina jornalística, ao possibilitarem uma reflexividade sobre a prática. Primeiramente, no livro de repórter, o narrador ocupa a posição de intérprete crítico das leis do jornalismo e/ou de criador de certo campo de coerência conceitual ou teórica relativa à tarefa de colher as informações que permanecem ocultas na apresentação cotidiana daquilo que acontece. Tal atitude, de imediato, faz emergir a condição subalternizada da subjetividade do agente nos processos de cognitivos de leitura e narração da realidade (Marocco; Zamin; Veiga da Silva, 2019, p. 38-39).

Do escrutínio dos livros e das entrevistas com os jornalistas-autores, fui compreendo que a noção de Jornalismo e de práticas jornalísticas destes profissionais são guiadas por um conjunto de valores subjetivos-profissionais que exprimem uma ética do cuidado, com sólidas noções de autorresponsabilidade e capacidade de reflexividade. Uma ética que compreende a

dimensão da outridade e não se circunscreve às meras aplicações técnicas ensinadas pelos manuais ou códigos deontológicos prescritos na profissão.

As ações de resistência são também manifestadas nas relações travadas por esses profissionais dentro dos próprios veículos. Ações estas que vão desde a compreensão de que os imperativos éticos se sobrepõem aos imperativos da moralidade empresarial e de poder que circunscrevem os veículos, passando pelas noções de tempo e espaço (geralmente consideradas impeditivos para uma prática mais cuidadosa) até culminar com o entendimento de que é preciso refletir sobre o que e como se faz, permanentemente. No cerne dessas reflexões, a noção de que as visões de mundo estão em permanente embate e, que, se são evidentes as visões excludentes dominantes nas empresas, o mesmo não precisa e não deve ser acatado sem razão crítica e reflexiva no exercício profissional.

Em seus métodos, suas práticas e suas produções jornalísticas fui observando as atitudes de resistência e subversão ao masculinismo – a corporificação dos sujeitos é um dos elementos que se destaca. Os sentidos – o olhar, a escuta –, as sensações, a intuição (atributos convencionados como femininos), normalmente alijados das prescrições para uma prática que se pretende objetiva e neutra, são elementos reiterados nas descrições das ações deste e destas jornalistas. O corpo e as emoções são discursivizados como parte da racionalidade no processo de cognição para a leitura e narração da realidade, e dão indicativos de ser um dos modos de deslocamento da objetivação jornalística dominante. Escutar e enxergar, de forma cada vez mais complexa e menos ensimesmada, são mais do que prerrogativas fundamentais para o encontro de alteridades na produção jornalística realizada por esses e essas repórteres.

Os jornalistas investigados deram muitas pistas de como o exercício de suas práticas é perpassado pelo entendimento de que suas subjetividades estão ativas o tempo todo, seja servindo como corpo que sente e interpreta, seja pela compreensão de que precisam se esvaziar de si para se preencher pelo Outro, nos termos de Eliane Brum. O entendimento da capacidade de agência, de reflexividade sobre suas práticas como forma de aprimoramento das mesmas, o entendimento da necessidade do exercício de alteridade no encontro com todos os tipos de fontes, bem como o entendimento das relações horizontais como baliza de uma ética são alguns dos modos de subversão ao masculinismo do Jornalismo. Uma ética que reconhece explicitamente a dimensão da interpretação de um eu sobre um Outro. Uma ética que reconhece as visões de mundo dos sujeitos-profissionais imbricadas nos processos simbólicos do Jornalismo, o que demanda uma permanente crítica e autocrítica a fim de evitar que, nesses processos, as diferenças sejam transformadas em desigualdade.

A compreensão de que a realidade a ser narrada sofre interferência de suas percepções subjetivas e, a partir disso, colocá-las em suspeição, é fundamental. Assumir essa condição é dela fazer uma estratégia de resistência aos modos dominantes que, em última instância, resultam em reforço de estigmas e preconceitos no Jornalismo. Esses profissionais não deixam de cumprir com a deontologia prevista para a prática profissional (como a apuração), mas permitem antever um tipo de objetividade que se afasta daquela que sustenta a racionalidade masculinista (colonialista, racista, classista) que predomina no campo. Demonstram uma prática guiada por uma noção de objetividade que se assemelha a noção feminista proposta por Donna Haraway: uma objetividade percebida com “[...] localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto” [e que indica] os modos como podemos nos tornar responsáveis por aquilo que aprendemos a ver” (Haraway, 1995, p. 21).

Essas e outras tantas observações acerca da prática jornalística manifesta nos livros de repórteres analisados, bem como nos depoimentos dos próprios profissionais, foram demonstrando a subversão das lógicas masculinistas através dos valores e práticas profissionais que, por uma mirada de gênero, entendo em analogia com o feminino e com a práxis feminista. Compreendi agora como funciona o feminino e a racionalidade feminista em operação de resistência na prática jornalística.

5 Algumas palavras mais

Através desta última pesquisa penso que fechei um ciclo de entendimentos acerca das compreensões sobre como o poder-saber opera, tendo a lente conceitual de gênero como fundamental para uma melhor complexificação dos fenômenos que marcam as desigualdades sociais, sendo o Jornalismo um locus especial para essas compreensões. Uma chave interpretativa foi se delineando a partir dos arcabouços conceituais, teóricos e também políticos e metodológicos adotados. Passados esses quinze anos de pesquisa acadêmica (e vinte e cinco de militância feminista), chego à conclusão de que não apenas obtive respostas interessantes para as inquietações científicas, como passei a melhor compreender a sociedade em que vivo e a profissão que exerço (atualmente como professora). Também através deste percurso pude encontrar aprendizagens sobre minhas práticas como pesquisadora e docente, guiada pela inspiração da teoria e da ética feminista-antirracista. Assumir essa perspectiva também política de conceber o conhecimento, e mais uma vez poder evidenciar que esses

campos de estudo ainda marginalizados nas hierarquias de poder-saber, também é um ato de resistência.

Penso que operar por esse prisma teórico-epistemológico e conceitual pode contribuir não apenas com estudos no campo do Jornalismo e da Comunicação – como já pude observar em pesquisas que sucederam às minhas –, mas também nos demais estudos em que as relações de gênero e poder sejam centrais. Nesse sentido, compartilho também esse arrazoado de compreensões guiada pela ética feminista da colaboração, agradecendo a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram com o alcance desses entendimentos e com desejo de igualmente poder contribuir.

Referências

BERGER, Christa. Artesã Intelectual. *In*: VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

BONETTI, Alinne Lima. Gênero, poder e feminismos: as arapiracas pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista. **Labrys, études féministes / estudos feministas**, Brasília, n. 20-21, 2011-2012.

FOUCAULT, Michael. Microfísica do poder. *In*: MACHADO, Roberto (org.) **Microfísica do poder**. São Paulo: GRAAL, 2012.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. 1987. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1987.

GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 337-362, 2012.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEDITSCH, Eduardo. **Pedagogia e pesquisa para o Jornalismo que está por vir**: a função social da universidade e os obstáculos para a sua realização. Florianópolis: Insular, 2012.

MAROCCO, Beatriz. Os “livros de repórter”, o “comentário” e as práticas jornalísticas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: Intercom; Universidade de Caxias do Sul, 2010.

MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Angela; VEIGA DA SILVA, Marcia. Livro de repórter: percurso de pesquisa e formulação do conceito. *In*: MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Angela; VEIGA DA SILVA, Marcia (org.). **Livro de repórter: autoralidade e crítica das práticas**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2019. p. 23-48.

PISCITELLI, Adriana. **Re-criando a categoria mulher?** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In*: ALMEIDA, Heloísa Buarque; SZWAKO, José (org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-150.

PONTES, Felipe. Teoria e história do jornalismo: confluências e divergências das teorias do jornalismo e da história. **Interin - Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 1-18, 2010.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? *In*: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (org.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: REDOR; NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

SILVINO, Alexandre Magno Dias. Epistemologia positivista: qual sua influência hoje? **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 276-289, 2007.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2010.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade**. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Gender as an analytical category for thinking about power-knowledge relations in Journalism

Abstract

In this article, I discuss a fifteen-year research trajectory using gender as an analytical, theoretical-epistemological category to consider power and knowledge relations in Journalism. I present the results of field research conducted both in the market (observing production routines and interviewing journalists) and in the academia (training journalists), understanding Journalism as a gendered type of social knowledge anchored in colonialist, masculinist, racist, classist, cisheterosexist paradigms and epistemologies), and serving as a device in the processes of transforming differences into inequalities. The acts of resistance, counterpart to the power-knowledge hybrid, observed through interviews and analyses of reporters' books, are also discussed as part of the research results that demonstrate the power of using this gender perspective to further complexify the phenomena that mark social inequalities, with Journalism being a special locus for these understandings.

Keywords

gender; journalism; power; know; resistance

Declaração de disponibilidade de dados

Não se aplica.

Declaração de autoria e responsabilidade

Concepção e elaboração do estudo: Marcia Veiga da Silva

Coleta de dados: Marcia Veiga da Silva

Análise e interpretação de dados: Marcia Veiga da Silva

Redação: Marcia Veiga da Silva

Revisão crítica do manuscrito: Marcia Veiga da Silva

Autoria para correspondência

Marcia Veiga da Silva

marciaveiga2005@gmail.com

Como citar

VEIGA DA SILVA, Marcia. Gênero como categoria analítica para pensar as relações de poder-saber no Jornalismo. **Intexto**, Porto Alegre, n. 58, e-151705, 2026. Seção temática 30 anos do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. DOI: <https://doi.org/10.22456/1807-8583.151705>

Recebido: 12/11/2025

Aceito: 26/01/2026

Copyright (c) 2026 Marcia Veiga da Silva. Creative Commons License. Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Os Direitos Autorais dos artigos publicados neste periódico pertencem aos autores, e os direitos da primeira publicação são garantidos à revista. Por serem publicados em uma revista de acesso livre, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em atividades educacionais e não-comerciais.

